

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio	
Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos	
Ricardo de Araújo Kalid	
Milton Ferreira da Silva Junior	
Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva	
Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto	
Álvaro Sérgio Oliveira	
Daiane Thaise Oliveira Faoro	
Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky	
Édi Augusto Benini	
Elcio Gustavo Benini	
Eziel Gualberto de Oliveira	
Henrique Tahan Novaes	
Martina Nogueira Lima	
Raphael Camargo Penteadó	
Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves Fellipe Sá Brasileiro Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

UNESP-Universidade Estadual Paulista, Depto de Geografia- Rio Claro (SP)

Auro Aparecido Mendes

UNESP-Universidade Estadual Paulista, Depto de Geografia- Rio Claro (SP)

RESUMO: Este artigo tem como foco central refletir sobre o território como um elemento fundamental para a organização e consolidação das redes solidárias. Atualmente, o território tem se revestido de um papel ativo e, com isso, seu entendimento torna-se mais complexo e dinâmico. As relações de poder que ocorrem no território possibilitam um vínculo essencial para as ações em economia solidária. Essas ações apresentam-se como uma via econômica alternativa que traz um movimento contra os princípios do capitalismo, assim faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade, rebatendo a concorrência a qualquer preço. Na primeira parte do artigo as reflexões são apresentadas por meio de alguns fundamentos teóricos sobre território e redes geográficas e, para maior clareza, relata a experiência da economia solidária em Rio Claro que é uma cidade do estado de São Paulo, Brasil. Essa conjugação da teoria com a experiência contribui para a compreensão dos principais desafios da organização e

consolidação das redes solidárias.

PALAVRAS-CHAVE: território, redes, economia solidária

THE ROLE OF THE TERRITORY IN THE CHALLENGES OF THE ORGANIZATION AND CONSOLIDATION OF SOLIDARITY NETWORKS

ABSTRACT: The main focus of this article is to reflect on the territory as a fundamental element for the organization and consolidation of solidarity networks. Nowadays, the territory has taken an active role and, with that, its understanding became more complex and dynamic. The power relations that take place in the territory provide an essential link for actions of Solidarity Economy. These actions take part as an alternative economic path that brings a movement against the principles of capitalism, emerging in the society feelings of cooperation and solidarity, refuting the competition at any price. In the first part of the article the reflections are presented through some theoretical foundations based on territory and geographic networks and, for greater clarity, it reports the experience of the Solidarity Economy in Rio Claro, which is a city in the state of São Paulo, Brazil. This combination between theory and experience contributes to understand the main challenges of organizing and consolidating

solidarity networks.

KEYWORDS: territory, networks, solidarity economy

1 | INTRODUÇÃO

Por meio das relações de poder e dominação entre classes sociais e seus diversos interesses é que o território é produzido. É pelo território que conseguimos compreender as disputas, geralmente, pautadas nos princípios capitalistas da acumulação. A exclusão social da maior parte da população é materializada no território, mas, também, as lutas sociais e as alternativas de sobrevivência e de justiça social. Assim, o território tanto pode ser a prisão, como a libertação dos cidadãos; isso porque ele contém a realidade socioespacial e o devir como possibilidade emancipatória.

O capitalismo foi se estruturando ao longo do tempo, organizando a própria vida social e gerando muitas contradições, como, por exemplo, a pobreza de grande parcela da população mundial. A economia solidária surge, de forma mais contundente, no final do século XX, como uma necessidade de se construir outro caminho econômico menos desigual, com mais justiça social. Como contraponto ao capitalismo, essa outra economia faz emergir na sociedade sentimentos de cooperação e solidariedade, rebatendo à concorrência a qualquer preço. O processo de acumulação e concentração que eram guiados por um trabalho alienado, vai, aos poucos, cedendo lugar ao trabalho consciente e criativo, com respeito ao meio ambiente e as pessoas, resgatando a autoestima e a dignidade humana.

As diversas ações em economia solidária sempre apresentam vínculos territoriais específicos, e, neste contexto, este artigo irá privilegiar a abordagem territorial, procurando unir as diferentes esferas (social, política, cultural, ambiental) que o capitalismo separou. Em uma publicação anterior observamos que: “Enquanto no capitalismo moderno, a mundialização e a desterritorialização da produção e das mercadorias é uma forte tendência, na economia solidária há um grande esforço no sentido de resgatar os vínculos com o local. E a produção pode, assim, se reterritorializar.” (ORTIGOZA, 2014, p. 245, 246)

No território brasileiro, que é rico em contradições, vem despontando com força a economia solidária, e, portanto, o território renasce como uma categoria de análise essencial para a compreensão desse novo caminho econômico.

Nos últimos 15 anos têm surgido no Brasil, diversas iniciativas promissoras em economia solidária que acabam apontando novos e diferentes caminhos para o desenvolvimento territorial, neste artigo, serão apresentadas algumas experiências vividas em Rio Claro (SP), que têm auxiliado a inclusão produtiva de diversas pessoas que se encontravam sem perspectiva de trabalho e renda. No que tange ao percurso teórico do artigo, destacaremos o território como categoria analítica e, também, abordaremos a importância da organização das redes no desenvolvimento

da economia solidária.

2 | OUTRA GLOBALIZAÇÃO, OUTRA ECONOMIA: ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE AS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO E REDES GEOGRÁFICAS

É possível pensar em uma outra globalização e outra economia? Partindo desta grande questão, apontamos, primeiramente, dois autores que nos ajudam a aprofundar o pensamento sobre esta problemática, são eles, Santos (2000) que nos leva pensar na proeminência de uma outra globalização que vem se projetando no período atual da história e Singer (2002) que, com a mesma esperança, nos faz acreditar que uma outra economia é possível.

Santos (2000) foi buscar sua interpretação da emergência de outra globalização, a partir da observação da tirania da informação, do dinheiro e do progresso técnico que acabam sendo aproveitados por uma minoria de atores globais. Tudo isso relacionado ao aprofundamento da competitividade e do empobrecimento crescente das massas, cria uma situação insustentável, já que nem os Estados são capazes de regular a vida coletiva de forma mais justa e com menos conflito.

Se há um resultado positivo diante das enormes injustiças sociais, esse é o surgimento de diversos sinais de resistências, isso é perceptível nos movimentos populares que tem como protagonistas as camadas mais pobres da população. São essas resistências que segundo Santos (2000) podem ser consideradas as sementes de uma evolução positiva, que deverá conduzir ao estabelecimento de uma outra globalização.

Para Santos (2000, p. 170), uma outra globalização seria representada pela “realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta”. Observamos que o referido autor nos passa uma mensagem de esperança na construção de um novo universalismo, mais justo para todas as pessoas.

Por outro lado, pensando em uma outra economia, Singer (2002, 2004), nos incentiva a pensar e acreditar numa economia mais humanizada e solidária e nos orienta sobre as saídas e alternativas para fugirmos da lógica perversa das relações de trabalho do mundo capitalista. Procura sempre ressaltar as experiências bem-sucedidas, procurando estimular novas práticas de trabalho baseadas na solidariedade e na generosidade humana. Para ele “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.” (SINGER, 2002, p. 1)

O que há de comum entre esses dois autores é a constatação que a globalização e o modelo econômico alcançaram um patamar de tanta perversidade, criando enormes desigualdades e extremos níveis de pobreza que, seus limites foram

anunciados, há, portanto, que buscar novas formas de se produzir, de consumir e de se relacionar (homens com os homens e homens com o meio ambiente). No ápice da globalização as forças endógenas deverão ressurgir e o trabalho e as relações de produção deverão ser ressignificados.

Mance (1999, 2005) é outro autor que também tem centrado suas reflexões sobre a ideia de que a colaboração solidária se constitui em uma alternativa pós-capitalista à globalização atual, no trecho abaixo caracteriza a economia solidária como uma possibilidade real de transformação.

A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. É uma alternativa viável para o nascimento de uma nova forma de satisfazer as necessidades materiais requeridas ao exercício ético da liberdade humana, de maneira justa e sustentável, compartilhando-se a riqueza produzida em favor do bem-viver de todos. (MANCE, 2005, p. 15)

Arruda (1996) também apresenta como proposta para um novo modelo de desenvolvimento, o cooperativismo autogestionário e solidário que serão capazes de reconstruir o global a partir da diversidade do local e do nacional. Nesse processo “(...) o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócio economia na nova era que se anuncia”. (Arruda, 1996, p. 4). Todas essas transformações requer inovação do espaço da empresa, da comunidade e das relações de trabalho e de troca entre os diversos agentes.

Neste texto, nós comungamos da esperança de mudança dos autores citados e, complementamos os referidos pensamentos com a ideia de que tanto a “nova” globalização como a “nova” economia, têm suas raízes transformadoras sedimentadas no território, e, portanto, só por meio dele conseguimos vislumbrar as reais condições de mudanças. Isso porque, as experiências cotidianas se concretizam no território, é partir dele que conseguimos enxergar as vivências, sociabilidades, identidades e resistências. O território é resultado de tempos e espaços específicos, assim compreender a complexidade envolvida na economia solidária e as reais possibilidades de representar mudanças sociais e produtivas, requer uma abordagem territorial do processo.

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (...) Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa. (SANTOS, 2000, p. 55, 56)

A evolução do conceito de território tem transformado muito sua forma de

pensa-lo. Atualmente, o território tem se revestido de um papel ativo e, com isso, seu entendimento torna-se mais complexo e dinâmico. Múltiplos enfoques e perspectivas de análise se fazem presente quando se quer trabalhar com a categoria “território”, para Raffestin (1993), o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo; é o espaço político por excelência, o campo de ação.

O referido autor ainda complementa a ideia dizendo que o território “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Saquet (2007, p. 113) nos adverte que “o território é condição de processos de desenvolvimento”, neste contexto, é preciso então considerar sua importância e seu significado nos novos rumos do desenvolvimento territorial que vêm sendo tomados pela economia solidária.

Para Claval (1999) há uma indissociabilidade entre território e a questão da identidade, já que a construção das representações espaciais é inseparável da construção das identidades. A partir das ideias do referido autor é preciso considerar que o território contém relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos que são diferentes em cada lugar.

Pelo que foi exposto até aqui, observamos que, muitos dos gestores públicos ligados a economia solidária, ainda têm uma visão ingênua do território, ou seja, o território tem uma conotação vinculada a um “palco” onde se realizam as atividades econômicas e que abrigam as relações de trabalho. Pensado dessa forma, ele nada mais é do que uma localidade, uma comunidade ou um bairro que seja passível de mapeamento dos qualitativos para a implantação de políticas públicas. Neste sentido, todo cuidado é pouco, para que o território se converta de fato em uma categoria de análise que nos ajuda a compreender as ações e possibilidades da economia solidária.

Diante da visão estática de território que, notadamente, é usada pelos gestores públicos, e, também, por outro lado, a força da abstração contida na teorização excessiva sobre território, há que se encontrar um *modus operandi* que faça com que o território apareça na economia solidária como um território ativo. Um território ativo que é a acumulação do tempo, e, portanto, história viva e que aponta para um futuro cheio de esperança para a “nova” economia e “nova globalização”.

É preciso levar em conta as práticas cotidianas e as especificidades territoriais, sem supervalorizar os fatores de localização, delimitação e coerência, só assim focaremos em suas reais contradições. Sobre estas questões, Haesbaert (2010) demonstra certa preocupação e comenta sobre o risco de transformar o território “(...) num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico [...], como também, num sentido normativo, acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas” (p. 156).

O referido autor aborda também em outro texto a problemática da multiterritorialidade pode ser concebida pela combinação de uma forma inédita da intervenção e, de certa forma, da vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004)

Em economia solidária tem que se considerar a multiplicidade dos territórios, para não correr o risco de se construir “receitas” de políticas públicas em nível nacional. As ações para que sejam de fato transformadoras, devem contemplar a multiterritorialidade como a única perspectiva para construir uma outra economia. A multiterritorialidade é resultante da sobreposição de territórios, encaixados e articulados. É preciso, ainda, que se reconheça a necessidade de garantir os direitos de todos os envolvidos dentro de uma perspectiva universalmente igualitária, mas distinguindo as diferenças humanas e preservando a multiculturalidade. Dito de outro modo, a economia solidária, não poderá ter as mesmas ações e estratégias em uma comunidade quilombola, em uma comunidade de pescadores, em uma tribo urbana ou em um bairro operário localizado em uma metrópole, deverá sempre utilizar os mecanismos políticos que são de todos, procurando, ao beneficiar alguns, levar em conta os conteúdos territoriais, isso é que dará coerência ao movimento da economia solidária. Afinal, por ser um caminho econômico diferente, deve considerar as especificidades, as similaridades e, principalmente o que há de luta comum.

Para avaliar a importância do território para a economia solidária é preciso, primeiramente, considerar o valor da identidade cultural na formação da subjetividade e na manutenção das especificidades em cada localidade. Tudo isso nos parece essencial para compreender o significado do simbolismo, da afetividade e da sensação de pertencimento contidos nas diferentes comunidades.

A partir dessas considerações, sobre o território, que estão longe de serem esgotadas, traremos para o debate a reflexão sobre a concepção de redes geográficas, procurando definir os pontos positivos e negativos das mesmas para a economia solidária.

A grande questão é: como a consolidação de redes geográficas em economia solidária pode contribuir com a democratização desta economia, sem que, ao mesmo tempo, não se converta num risco de homogeneizar as iniciativas e moldar a criatividade?

O conceito de rede transformou-se nas últimas décadas, além disso, na prática, acabou se convertendo em uma alternativa de organização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social que atende as demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização. Uma definição bastante objetiva de redes é a proposta por Corrêa (1997) “(...) um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações.” (p. 107). É importante para este autor diferenciarmos redes sociais de redes geográficas, e nos explica que: “As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de

serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida.” (CORRÊA, 2004, p. 200)

Para o referido autor, a análise das redes geográficas deve contemplar três dimensões: organizacional, temporal e espacial. E, nesta perspectiva, Corrêa (1997) especifica um quadro metodológico que permite identificar a configuração interna e estruturação da rede, a duração da rede, a velocidade dos fluxos, a frequência de como a rede se estabelece, além disso, nos leva a compreensão da escala, da forma espacial e da conexão.

Nesta discussão sobre o papel das redes no mundo atual, Santos (2005) aborda as seguintes questões:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. (p. 256)

No que tange as formas de organizações da economia solidária, Mance (1999), coloca que elas podem ser denominadas de “redes de colaboração solidária” e têm como base o trabalho em conjunto, interligado por movimentos de consumo e produção verticalizados e encadeados em células produtivas.

Com base na dimensão organizacional desse tipo rede, o produto final de um empreendimento econômico solidário servirá de insumo demandado por outro, ocorrendo um processo de retroalimentação que elevará as condições de autossuficiência da rede.

As redes na economia solidária representam grandes desafios no sentido de potencializar os esforços para minimizar algumas limitações tecnológicas, produtivas ou espaciais, todavia, elas oferecem uma ameaça a manutenção de alguns qualitativos que caracterizam esta economia, ou seja, passa-se a selecionar determinados pontos, partes ou grupos e, ao fazerem isso, estão usando algumas normas amplamente racionalizadoras e carregadas de ideologia muito utilizada pelas grandes corporações capitalistas. Como eliminar essas contradições? É preciso, que o princípio da solidariedade esteja sempre sendo renovado, e que esteja no comando e na condução das redes. A estrutura organizacional da rede deve estar sedimentada nos princípios da economia solidária, mesmo que em determinados momentos e de forma descontínua, haja certa interlocução com o

capitalismo via mercado.

Deve-se ficar atento aos benefícios da organização em forma de redes, tais como: sua capacidade de inserção social de grupos; a democratização dos saberes, a agilidade em alguns processos de produção e de trabalho. Mas, também é preciso reconhecer, que, juntamente, com seu peso organizacional, que foi criado para padronizar, homogeneizar e racionalizar as redes, pode vir algumas deformidades que oferecem riscos a manutenção dos princípios solidários. Assim, se a dimensão organizacional é o grande “perigo” tem que haver um esforço no sentido de valorizar as duas outras dimensões: a temporal e a espacial. O tempo das redes de economia solidária deve ser aquele da vida, do cotidiano e o espaço aquele do fazer solidário, do trabalho, enfim o espaço colaborativo. Mediante esta concepção diferenciada de rede, haverá maiores chances de se prezar pela construção de redes heterogêneas, priorizando a manutenção dos princípios solidários.

Neste contexto, Santos (2005), nos faz um alerta:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi- los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. (SANTOS, 2005, p. 259)

O território é marcado pelas experiências espaciais cotidianas que integram os princípios da vida social, contempla, portanto, as culturas e seus significados, as atividades econômicas e o poder político. E, embora, a conexão do território se realiza, muitas vezes, por meio da estruturação em forma de rede, integrando diferentes pontos ou áreas, há uma grande separação entre território e rede. Esta separação se deve ao fato de que no território o acontecer solidário preenche o tempo e espaço de forma horizontal e contínua, e, nas redes, há certa expansão da solidariedade, mas de forma vertical, e descontínua. Com base neste raciocínio, podemos dizer que, enquanto o território delimita e enraíza as ações solidárias no espaço de lugares, as redes expandem e desenraizam as ações solidárias no espaço de fluxos.

3 | VALORIZANDO TERRITÓRIOS E CONSTRUINDO REDES: O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE RIO CLARO

Nesta parte do texto será avaliado o Projeto desenvolvido na cidade Rio Claro, por meio de convênio entre LAET/UNESP e a Prefeitura Municipal de Rio Claro e que

teve como foco central buscar possibilidades de trabalho e renda para pessoas que se encontram em extrema pobreza e beneficiários da bolsa família. Em Rio Claro, há um renascimento da economia solidária, nos últimos oito anos, que só foi possível a partir da articulação da população mais carente com o governo local.

Santos (2000) observa que está ocorrendo “uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa” o que tem representado uma possibilidade, cada vez mais frequente, de se difundir. E complementa dizendo que “a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias.” (SANTOS, 2000, p. 70).

O primeiro relatório do Projeto deu origem a um livro que abordou o exercício da prática em economia solidária resgatando um ideário, que nos permite contemplar utopias e acreditar em possibilidades de mudanças na realidade socioespacial, rompendo possíveis amarras do pensamento e desfazendo os nós do capital. (MENDES, CORTEZ E ORTIGOZA, 2013)

A equipe do Projeto teve, a partir de 2010, um primeiro desafio que foi o de criar as condições para implantar o Programa de Economia Solidária de Rio Claro (SP), para tanto, foi preciso localizar os sujeitos mais necessitados e mapear seus territórios tendo um quadro geral das condições de vida e da vulnerabilidade social no município. Foi também instituída legalmente, por meio da Lei 4036, a Política Pública de Economia Solidária e, também, no mesmo ano, foi criado o Centro Público de Economia Solidária que abriga a Incubadora Popular e o Ponto Fixo de comercialização dos produtos trata-se de um ambiente inspirador que já tem acolhido diversas ações em economia solidária. Passaram a ser realizados também os Fóruns Municipais de Economia Solidária que logo se converteu em um importante instrumento democrático para que a sociedade envolvida. Os participantes do fórum passaram a exercer a cidadania de forma participativa, colocando as prioridades do movimento, criando mecanismos de mobilização e, conseqüentemente, fortalecendo a economia solidária no município.

Outra conquista do Programa de Economia Solidária foi instituir o Conselho Municipal de Economia Solidária que tem sido responsável por deliberar sobre diversos assuntos que se relacionam a economia solidária de modo a garantir o pleno desenvolvimento das Políticas Públicas sobre este tema em Rio Claro.

No ano de 2014, foram realizadas a I Pré-Conferência e a I Conferência Municipal de Economia Solidária, responsáveis por subsidiar a construção do Plano Municipal de Economia Solidária. O referido Plano foi resultado da participação maciça das pessoas envolvidas no movimento social de economia solidária de Rio Claro e demonstra os principais princípios, metas e diretrizes a serem seguidos nos próximos três anos no município.

Um desafio central é construir redes capazes de organizar a economia solidária em todo o território urbano resguardando as especificidades e diversidades culturais

presentes em cada comunidade, a meta final seria a conquista de um desenvolvimento territorial contínuo e duradouro. A criação de estratégias comerciais, como feiras e pontos fixos, pode valorizar os vínculos das mercadorias e serviços produzidos com o território.

Todos esses desafios aqui apontados estão sendo gradualmente vencidos, observa-se que as pessoas já são capazes de reconhecer no território as potencialidades e os mecanismos de sobrevivência possíveis e, também, já detectaram a importância da construção de redes produtivas e comerciais que não busquem homogeneizá-los e sim garantam uma inserção produtiva, ofereçam melhores condições de inclusão social a um maior número de pessoas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar neste artigo uma reflexão sobre o papel do território nos desafios da organização e consolidação das redes solidárias, tínhamos em mente, demonstrar que não existem, e de fato não devem existir, na economia solidária, modelos de condutas e etapas produtivas a serem seguidas, pois isso além de deformar seus princípios vai na contramão da tão valorizada experiência vivida e desalienação via trabalho.

Demonstramos que as redes colaborativas podem potencializar os fluxos solidários de produção, comercialização, consumo, financiamento e apropriação tecnológica, assim, apesar de reconhecer que a organização de redes de colaboração solidária tem se mostrado uma estratégia viável para promover o crescimento orgânico da economia solidária, deixamos um alerta para que a expansão dessas redes não pode visar só a potencialização das conexões e dos fluxos, mas tem que ter como meta principal gerar e multiplicar o conhecimento, dando oportunidades a todos.

Dessa forma, quando se coloca os riscos da pressão da homogeneização via formação de redes geográficas em economia solidária, não estamos generalizando, já que, muitas redes são formadas de modo a garantir as especificidades e liberdade.

Em Rio Claro, essa valorização das especificidades e da liberdade tem sido uma busca frequente, ou seja, é necessária a construção de redes que permitam a parceria e a conexão de grupos, mas elas teriam ainda uma grande missão que é a de vencer alguns limites impostos pelo modelo econômico hegemônico. Na visão de Constantino (2007), a economia solidária se traduz como um “movimento contra-hegemônico à globalização do capital e que constitui um fato de alcance mundial, revelando suas potencialidades de modo particularmente avançado e heurístico no Brasil”. (p.113)

Um movimento social contra-hegemônico preza por condições mais justas de trabalho e mantém a independência, por meio do fortalecimento da democracia e do respeito à liberdade de opinião. Ressaltamos neste artigo que consolidar

no campo econômico uma cultura de solidariedade, com ética, transparência e liberdade, não é algo fácil, justamente porque os interesses do mercado e do lucro a todo custo estão cotidianamente pressionando toda a sociedade. Assentado nesses valores observa-se que esse movimento econômico solidário é bastante complexo, pois a incorporação de novos tipos de redes e novos sujeitos sociais depende das considerações de vários princípios que estão assentados na autogestão e na solidariedade. No município de Rio Claro, observa-se que, muitas pessoas, embora, já façam parte do movimento social e lutam pela promoção da inserção social e da geração de trabalho e renda, ainda não assimilam na totalidade os princípios da economia solidária. Assim, percebe-se que o próprio movimento é diverso e desigual, pois estão presentes em cada território e, baseiam-se nas potencialidades dos próprios sujeitos, assim, vão construindo o “saber fazer” e as formas de trabalho conquistando de forma gradual a solidariedade e a identidade territorial.

Assim, é possível observar que as experiências, no âmbito da economia solidária brasileira, são muito diversificadas e é, na esfera local, ou seja, do município, que essas políticas públicas se realizam de fato. “A ideia central é a formação de territórios-rede, capazes de criar formas de cooperação e solidariedade, de modo que, os diferentes territórios se unam em prol de um mesmo projeto: o desenvolvimento territorial centrado na economia solidária.” (ORTIGOZA, 2014, p. 254)

Em Rio Claro, nos últimos oito anos houve um avanço da governança municipal em economia solidária, pois a Universidade, a sociedade civil e os gestores públicos conseguiram criar políticas públicas coerentes com a proposta de desenvolvimento dessa outra economia, para tanto, destacou-se como papel central o incentivo a um processo de emancipação social e produtiva, por meio dos fóruns. Os agentes envolvidos com a economia solidária voltaram o olhar para o território local, fazendo emergir, nas comunidades, potencialidades endógenas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas solidárias.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. In: ARRUDA, M. BOFF, L. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000. p.49 - 102.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – nº2, 1999.

CONSTANTINO, A. K. A Economia Solidária e os novos movimentos sociais: um caso paradigmático? **Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Vol. 2, julho/dezembro. p.112- 128. 2007.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. In **Revista Cidades**. Volume 9 Número 16. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. p. 199-218. HAESBAERT, R. **Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). (Geo) grafias dos movimentos sociais. UEFS Editora, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MANÇE, E. A. **A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós- capitalista à globalização atual**. Petropolis: Vozes. 1999.

_____. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 2005.

MENDES, A. A.; CORTEZ, A.T.C.; ORTIGOZA, S.A.G. (Orgs). **Desfazendo os nós do capital**. Bauru: Canal 6, 2013.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT, – Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. n.º 6. p. 241-257. 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**, Record, São Paulo. 2000.

_____. O retorno do território. In: **OSAL : Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- .

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SINGER, P. **É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Texto para Discussão. Brasília: SNES -- SECRETARIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. 2004.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

